



**COMENTÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE
E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SOBRE**

***ATUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS
DOCUMENTO DE TRABALHO PARA AUSCULTAÇÃO PÚBLICA***

A Atualização da Estratégia Nacional para as Florestas, proposta pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, que teve em conta o Relatório de Avaliação da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) e os dados, integrados no relatório, do “Estudo de Avaliação da Implementação da ENF”, esteve em consulta pública entre 2 e 30 de maio de 2014.

O CNADS tem acompanhado o desenvolvimento da temática ligada à Floresta, de reconhecida importância económica, social e ambiental e procurado, sempre que possível, apresentar Pareceres, Reflexões e Comentários que possam constituir um contributo positivo para a definição e aplicação da política florestal.

Não obstante o prazo de consulta pública ter expirado no dia 30 de maio último, dado não ter sido possível ao CNADS, por razões de exiguidade de tempo, pronunciar-se dentro desse prazo, por sugestão do Conselheiro Eugénio Sequeira foi apresentada para debate e aprovada por unanimidade, na reunião plenária de 26 de junho, uma proposta de Comentários sobre a Atualização da Estratégia Nacional para as Florestas, preparada pelos Conselheiros João Santos Pereira, Eugénio Sequeira e José Guerreiro dos Santos.

É consensual o reconhecimento do carácter estratégico do sector florestal para o desenvolvimento de Portugal. Produtoras de matéria-prima para indústrias que fabricam bens transacionáveis, em larga medida para exportação, as florestas são responsáveis por cerca de 10% das exportações nacionais. Têm potencial para a redução da importação de madeiras de qualidade e garantem, em simultâneo, serviços ambientais à sociedade, pelo que devem representar uma prioridade nacional.

O normativo publicado entre 1996 e 2006, no âmbito da política florestal nacional, insere-se numa sequência desde a Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto), seguida, em 1998, do Plano para o Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa e, em 2006, da Estratégia Nacional para as Florestas, tendo reunido um largo consenso.

O objetivo da Atualização da Estratégia é o de assegurar a consolidação da ocupação do território e a “melhoria da qualidade, da eficiência e do valor agregado do sector”, na sequência das fases anteriores de criação da floresta e de desenvolvimento das indústrias que garantem o uso dos recursos produzidos.

A necessidade de atualização da Estratégia Nacional para a Floresta resulta de alterações de contexto devidas, designadamente, às mudanças climáticas, bem como à proposta de revisão do papel do Estado no financiamento e na gestão de uma floresta que é essencialmente propriedade privada, fornecedora de bens e serviços públicos ambientais que urge manter.

De modo geral, definem-se os espaços florestais como multifuncionais, isto é, com usos e funções que vão desde a conservação da biodiversidade até à silvicultura especializada. A multifuncionalidade não obriga a coincidência no espaço de todas as valências das florestas. A especialização e a complementaridade fazem parte da matriz estruturante da Estratégia, que deveria incluir o ordenamento rural (floresta/agricultura/pecuária), complementado por medidas de combate ao despovoamento, numa mesma visão estratégica e em espaços de intervenção conjugados.

Os serviços ambientais (do ecossistema) constituem uma mais-valia da floresta, mas para os quais não existe um mercado, pelo que a remuneração destes serviços não é garantida. Sem mercado e sem direitos de propriedade, continua a ser o Estado a intervir e a assumir compromissos internacionais no âmbito da conservação da biodiversidade e proteção ambiental. “No caso português, pela sua importância para o sector florestal, destacam-se”: A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD); o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC); a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC).

O documento em análise cobre temas pertinentes, embora haja alguns pontos que conviria aprofundar ou corrigir. Por exemplo, reconhece-se no texto a necessidade de adaptação das florestas e da gestão florestal às alterações climáticas, assumindo como plausível que estas modifiquem a distribuição geográfica e as áreas de prosperidade das espécies florestais. Porém, este não é um processo determinístico em função da mudança dos parâmetros climáticos.

Num documento de estratégia seria de esperar, não o detalhe do cenário climático ou a análise bioclimática, mas a ênfase do acesso ao conhecimento científico que propicie uma gestão adaptativa, o que implica medidas e ações, incluindo o aumento da investigação e a capacidade de produção de conhecimento (difícil sem programas de investigação multidisciplinar e de longa duração). Assim,

ao contrário da introdução, a parte substantiva da definição da Estratégia florestal contém fragilidades, pela ausência de suporte científico para algumas das soluções propostas.

No que toca à minimização dos riscos de incêndios, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, elaborado em 2006, salienta a necessidade de dar prioridade à prevenção em relação ao combate ao fogo. Todavia, os planos focalizados na defesa da floresta contra os incêndios não incluem necessariamente a possibilidade de uma estrutura integrada nem a definição de políticas de combate ao despovoamento, de ordenamento do território e a constituição e definição das unidades de gestão florestal sustentáveis. Estes são objetivos genéricos que requerem o empenho do sector. O movimento associativo florestal, nomeadamente as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), tem virtualidades, largamente inexploradas, que podem tornar-se essenciais para o ordenamento da floresta e para o reforço da prevenção dos incêndios.

Já no documento em análise carece de justificação a proposta de gestão do combustível através do pastoreio como medida de controlo dos combustíveis finos. É uma solução não testada nem quantificada e, embora possa ser mencionada como exemplo, não deveria ser apresentada como medida estratégica pelas dúvidas que se colocam sobre a sua eficácia e sustentabilidade.

Presume-se que o valor dos produtos florestais pode ainda aumentar através do aproveitamento de biomassa vegetal de matos e resíduos da exploração florestal (no campo ou na fábrica) ou em plantações dedicadas à produção de energia renovável. Contudo, estas opções são suscetíveis de produzir impactes negativos no ambiente que importa acautelar.

Os últimos 50 anos foram férteis no aparecimento de organismos invasores. Alguns destes são agentes nocivos das plantas que protagonizam infestações (doenças dos sobreiros, do pinhal bravo, do pinheiro manso e dos eucaliptos). Um pouco por todo o mundo, ocorrem fenómenos de declínio florestal. As causas são muitas vezes difusas e difíceis de identificar e não é fácil estabelecer uma prioridade entre o *stress* causado pelas alterações climáticas (seca, em especial) e os ataques de organismos nocivos. Estes processos de declínio parece terem vindo para ficar. Há cada vez mais casos em que a causa próxima é a introdução de organismos nocivos. Justifica-se, pois, uma política enérgica e atuante no estudo e na prevenção destes processos.

O aperfeiçoamento da organização do sector, especialmente das relações de fileira entre produtores e indústria, será essencial apesar de se preocupar com várias componentes, nomeadamente a certificação florestal. As organizações de produtores, as organizações da indústria, as entidades certificadoras, as Organizações Não Governamentais de Ambiente e de Desenvolvimento serão

fundamentais para a implementação das linhas mestras desta Estratégia. Por exemplo, elas podem fazer uma intermediação eficaz entre os produtores e agentes do Estado ou a comunidade científica.

Por outro lado, um dos problemas que se coloca a propósito da indústria é o seu elevado grau de especialização. Nada existe para além das três fileiras: o eucalipto e a indústria da pasta e do papel, o sobreiro e a cortiça e o pinheiro bravo e a indústria a ele ligada (a braços com a grave crise do nematode). Seria importante que se desenvolvesse, finalmente, a capacidade de diversificar a indústria, criando outras fileiras, como, por exemplo, a da madeira de qualidade.

Os desafios das alterações climáticas acentuam a importância do acesso ao conhecimento científico que propicie uma gestão adaptativa. Constitui nota positiva a preocupação do documento de estratégia com a aplicação do conhecimento científico. O CNADS congratula-se com o reconhecimento expresso de que “(...) no nosso país, um dos maiores entraves à modernização e ao crescimento económico reside na fraca qualificação profissional dos recursos humanos, na reduzida capacidade tecnológica e na insuficiente penetração de inovação”.

Promover o conhecimento e valorizar a formação técnica especializada, tornando-a mais atrativa, são cruciais para a sustentabilidade. Por outro lado, só com emprego estável e níveis remuneratórios adequados será possível assegurar os recursos humanos necessários à implementação da Estratégia.

O CNADS salienta, ainda, a importância de serem adotadas políticas florestais que tenham por base a diferenciação do território, a fixação do cadastro predial e a gestão florestal sustentável.

*[Aprovado por unanimidade na 3ª Reunião Ordinária
de 2014, realizada a 26 de junho]*

O Presidente

Mário Ruivo